



Anais do Seminário de Pesquisa e
Produtividade da FESV e FESVV

POLÍTICAS DE INCLUSÃO E AS PERSPECTIVAS DA DIVERSIDADE E DA DIFERENÇA

Fábio Luiz Alves de Amorim¹

A educação inclusiva e as relações entre educação e diversidade cultural tem sido pauta desde a década de 1990. Nesse período, ocorreu uma movimentação considerável por conta das conferências mundiais, das quais resultaram documentos em defesa da educação para todos, dentre os quais destacamos a Declaração de Jomtien (UNESCO, 1990), Declaração de Nova Delhi (UNESCO, 1993), Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e o Marco de Ação de Dakar (UNESCO, 2000). A partir dessa movimentação, emergiu uma grande produção acadêmica e de documentos oficiais do Governo Federal que tangenciam a defesa da educação inclusiva. Muitos desses documentos legais foram produzidos em âmbito federal, em forma de leis, resoluções, decretos e documentos de cunho teórico, metodológico e normativo. As reflexões aqui apresentadas abordam demandas desafiadoras à educação, logo aos sujeitos praticantes da escola, em um momento delicado da política brasileira. O debate acerca das políticas educacionais em curso está marcado por disputas emblemáticas no campo das ações afirmativas. De um lado, o conservadorismo de parte dos legisladores e, de outro, as lutas em prol de políticas específicas para as ações afirmativas versus as lutas por *espaçostempos* democráticos e plurais. Buscamos produções que conversassem conosco sobre a problematização proposta. Realizamos um levantamento de teses, dissertações e artigos, tendo como recorte temporal o período de 2009 a 2014. Nesse contexto, estabelecemos como universo para nosso levantamento: produções do banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), bem como

¹ Docente do curso de Pedagogia da FESV. E-mail: fabio.amorim@estacio.br.



**Anais do Seminário de Pesquisa e
Produtividade da FESV e FESVV**

as publicações das reuniões anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e da Revista Brasileira de Educação (RBE), com a pretensão de dialogar sobre os possíveis processos de formação continuada para a diferença com vistas às ações afirmativas, na potência das práticas curriculares. Diante dos ditos, escritos e dizeres, por meio de suas linhas, traçados e movimentos de pesquisa, encontramos esforços, lutas, resistências e proposições. Mas ainda temos muito a avançar, os estudos mostram a importância e os diferentes questionamentos no campo dos direitos humanos e sua articulação com a educação. As indagações trazidas nas pesquisas, desestabilizam posições homogeneizadoras e generalistas dos direitos humanos, da diversidade e da diferença. Como mostram as produções tanto na primeira parte desta problematização, na qual buscamos um contexto mais amplo, como na segunda parte, que diz respeito aos “campos identitários”, observamos que é possível encontrar discursos, movimentos instituídos e instituintes, documentos de orientações curriculares, de formações, que, todavia, ainda mostram as fragilidades. As pesquisas denotam que essa inserção ainda não tem garantido o aprofundamento do debate na perspectiva das várias teias que se entrelaçam nos cotidianos. Quando tentam a mutualidade nos discursos e nas proposições, pulverizam a diferença na perspectiva da diversidade e, quando não, distinguem-se em processos circulares de ações identitárias e pontuais. O contexto dessa produção foi atravessado pelo turbulento processo da eleição presidencial de 2014, com a guerra sem artefatos bélicos, mas de produção discursiva e midiática contra as possibilidades de ascensão de direitos promovida pelos governos do PT — Partido dos Trabalhadores — em 12 anos de mandato. Um movimento que se arrastou, minando toda e qualquer chance de governabilidade até o golpe parlamentar de 2016 sofrido pela presidente Dilma Rousseff. Os vestígios perversos desse processo de produção e propagação de discursos que se sustentava na luta contra a “corrupção” ultrapassaram os limites dos direitos humanos e os princípios de alteridade. As práticas discursivas produzidas no campo político partidário, por efeito



Anais do Seminário de Pesquisa e Produtividade da FESV e FESVV

da “[...] circulação de enunciados nos espaços virtuais [...]” produziram também, manifestações de diversas ordens que ganharam “[...] forma de microfísica do poder, ou micro lutas que exibem posicionamentos de sujeitos [...]” (FERNANDES, 2017, p. 241) frente às pautas apresentadas no cenário político atual. Nesse sentido, precisamos problematizar a diversidade, a diferença e a igualdade. Precisamos interrogar os processos curriculares, as formações continuadas nos cotidianos escolares. Consideramos que as pesquisas têm dado passos importantes para realizações possíveis, ultrapassando o campo discursivo e retórico. Porém, é preciso ampliar esse esforço para superar o racismo, os preconceitos e as discriminações, a homofobia, a transfobia, o sexismo, a intolerância religiosa, entre outros...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERNANDES, Cleudemar A. Insurreições como práticas discursivas na política do presente. *In*: RAGO, Margareth; GALLO, Silvio. (Org.) **Michel Foucault e as insurreições**. São Paulo: CNPq, Capes, Fapesp, Intermeios, 2017, v. 1, p. 239-248.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO: Jomtien, 1990.

UNESCO. **A Declaração de Nova Delhi sobre Educação Para Todos**. Nova Delhi-Índia: Unesco, 1993.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca: Espanha, 1994.

UNESCO. **O Marco de Ação de Dakar Educação Para Todos: atendendo nossos Compromissos Coletivos**. Dakar, Senegal: Cúpula Mundial de Educação, 2000.